

TEM, MAS TÁ FALTANDO: trajetórias participativas dos pontos de cultura vistas através do conselho municipal de política cultural de João Pessoa-PB

*Isa Paula Rodrigues Moraes
Sérgio Stênio Andrade Feitosa*

VINTE PALAVRAS AO REDOR DO SOL

Construir um ambiente democrático que efetive a participação qualificada dos cidadãos sempre foi, em tese, uma meta das democracias contemporâneas, modelo este pensado desde a Grécia antiga e mais amadurecido no Ocidente somente após as reformas liberais. Mesmo com os percalços encontrados pelos movimentos sociais antes do golpe de 2016 com o afastamento de Dilma Rousseff da chefia do poder executivo, a governança democrática das políticas públicas passou por significativos avanços (AVRITZER, 2009; PIRES, 2012), seja ela desenvolvida através de instituições participativas, como conselhos ou orçamentos participativos, seja através de aplicações e tecnologias capazes de otimizar a propositura de leis pela sociedade civil. Essa crescente indica que, antes do golpe, o Brasil vivenciava um princípio de uma interlocução e presença relevante da sociedade civil no Estado (BONAVIDES, 2001).

No início dos anos 2000, os conselhos de políticas públicas vinham se fortalecendo como instâncias não somente consultivas e de validação de decisões tomadas pelo poder público, mas de cogestão dessas

políticas por parte da sociedade civil organizada (AVRITZER, 2008; CALABRE, 2011; GOHN, 2004). Esse avanço advém de lutas históricas por participação social, a exemplo daquelas iniciadas no final dos anos 1970 com os conselhos populares, grupos para deliberação social que ajudaram a impulsionar o movimento sanitarista, e que teve seus marcos mais importantes na aprovação da Constituição de 1988, além do próprio movimento pelas Diretas Já (DAGNINO, 2002; MATIAS-PEREIRA, 2009; TATAGIBA, 2002).

Neste contexto, a partir de 2003 foram implementados uma série de programas governamentais para a cultura, entre os quais o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva, em 2004, que, desde a sanção da Lei 13.018, instituiu o Programa Nacional de Promoção da Cidadania e da Diversidade Cultural – Cultura Viva como Política Nacional Cultura Viva, tendo como principais instrumentos de atuação os Pontos de Cultura, os Pontões de Cultura e o cadastro Nacional dos Pontos e Pontões Cultura.

O programa tem a proposta de estimular o protagonismo social associado à autopercepção da identidade cultural, propiciando um canal de fruição, reconhecimento, interação e desenvolvimento endógeno. Neste sentido, legitima atores que estiveram continuamente à margem das políticas culturais brasileiras, tendo em conta um contexto de privilégio histórico das belas-artes e das três tristes tradições: autoritarismo, instabilidade e ausência (RUBIM, 2007).

Este artigo traz alguns antecedentes no que toca às organizações culturais para a demanda política, ou mesmo de organização política do setor a fim de pensar bases dos movimentos culturais pessoais para estabelecer olhares iniciais sobre a inserção dos Pontos de Cultura nas demandas pela reativação do Conselho Municipal de Políticas Culturais.

QUEM VAI, QUEM VEM

A principal instituição na esfera pública a versar sobre cultura na capital paraibana é a Fundação Cultural de João Pessoa (Funjope), criada em 1995 e instituída pela lei municipal 7.852, vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, arranjo institucional já corriqueiro nas máquinas públicas brasileiras. Sua lei de fundação institui um conselho deliberativo composto por dois membros de secretarias e quatro da sociedade civil. Essa Fundação é formada por assessoria jurídica, assessoria técnica e departamento administrativo e financeiro (divisão de artes cênicas, artes plásticas, museus e monumentos, pesquisas e editoração, folclore, música e bibliotecas).

É importante destacar que entre 2005 e 2008 a Funjope vivenciou uma mudança de paradigma nas políticas culturais, de modo que “houve uma grande mobilização de artistas, intelectuais e movimentos sociais em torno da campanha do atual prefeito Ricardo Coutinho. Isso ocorreu devido a trajetória do candidato junto aos movimentos” (SILVA, 2011, p. 261). Uma vez eleito, esses artistas e intelectuais foram introduzidos na gestão municipal onde, ainda segundo a autora, tiveram uma gestão marcada pela nostalgia, romantização da cultura popular e a idealização do povo residente no estado.

Este também é um contexto em que a cultura no âmbito nacional se encontra numa mudança de paradigma da política cultural a partir da gestão presidencial de Lula e de Gilberto Gil como ministro da cultura a partir de 2003, por meio da adoção de um conceito antropológico de cultura (BOTELHO, 2001)¹.

1 Rubim (2011, p. 50) destaca que “a expressão noção ‘antropológica’ não é adequada, apesar de ter sido muito utilizada pelo ministério”.

Neste contexto, o Ministério da Cultura lança o primeiro edital para Pontos de Cultura e João Pessoa teve quatro projetos selecionados²: 1) Oficina Escola Patrimônio Histórico e Cultural, com proponente Oficina Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa); 2) Para'iwa Multivisualnet, com proponente Para'iwa Coletivo de Assessoria e Documentação; 3) Centro de Cultura Popular Piollin, com proponente Escola Piollin; 4) Urbe Audiovisual, com proponente Associação Brasileira de Documentaristas Seção Paraíba (ABD-PB).

Em 2007 o Ministério da Cultura lançou o edital para Pontão de Cultura e o projeto pessoense habilitado foi o Pontão de Cultura Multivisualnet Caatinga, proposto pelo Para'iwa Coletivo de Assessoria e Documentação³, que teve a vigência em 2009. Em 2008 se iniciam os passos para a estadualização do Programa Cultura Viva, de modo que, a partir de um pacto entre Ministério da Cultura e Subsecretaria Executiva de Cultura da Secretaria de Estado e Cultura para descentralização de recursos, se lança um edital para desenvolvimento das atividades culturais de 20 Pontos de Cultura. Dentre as cláusulas do edital, estava a não contemplação de projetos oriundos de João Pessoa e Campina Grande⁴.

Com a proposta de municipalização do Programa Cultura Viva, em 2012/2013 foi lançado um edital para chamamento e seleção de entidades para o desenvolvimento do Projeto Rede Pontos de Cultura do Município de João Pessoa por meio de acordo firmado pelo Ministério da Cultura e Funjope, com recursos do Fundo Nacional de Cultura, através

2 Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/305019/pg-12-secao-3-diario-oficial-da-uniao-dou-de-20-10-2004> . Acesso em 10/09/18.

3 Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/851876/pg-18-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-07-12-2007/pdfView>. Acesso em 11/09/18.

4 Disponível em http://www.cultura.gov.br/inscricoes-encerradas/-/asset_publisher/OGLsXHWKcSB5/content/edital-de-pontos-de-cultura-da-paraiba-199954/10883. Acesso em 10/09/18.

do Programa Mais Cultura e Cultura Viva. O resultado foi divulgado em 2013, com 31 projetos aprovados⁵.

O Programa Cultura Viva e atual Política Nacional de Cultura reconhece projetos de organizações culturais com trajetórias nos respectivos territórios. Neste sentido, entendemos que os movimentos culturais pessoenses têm suas características, suas competências e existem condições contextuais favoráveis ou desfavoráveis que são constituintes desses agentes sociais e de suas práticas (COSTA, 2009).

Neste sentido, um dos antecedentes do movimento cultural de João Pessoa enquanto espaço para organização política é o Grupo Juventude Teatral de Cruz das Armas (Juteca) que funda o primeiro teatro de bairro de João Pessoa na década de 1960. Atualmente, o grupo tem como principal reivindicação a recuperação do Teatro Juteca junto à Fundação Cultural de João Pessoa⁶.

Outro grupo que teve sua articulação nos anos 1970 foi o Jaguaribe Carne, cuja “estratégia está no discurso político, no posicionamento de seus integrantes, na atuação na política cultural da cidade, no diálogo com os agentes da cultura independente na grande João Pessoa e de outros estados” (SEVERO, 2017, p. 160), trazendo para o cenário político local o conceito de guerrilha cultural. Dentre as características que esse autor elenca estão a proatividade, as parcerias informais, o fazer com poucos recursos e que estas três – ou tantas – razões resultam na impossibilidade de realizar atividades contínuas. No entanto, ainda com essas condições limitantes, esse grupo articulou ações que se constituíram como referência

5 Disponível em <http://culturadigital.br/mincnordeste/2013/07/31/paraiba-funjoape-divulga-a-lista-de-projetos-dos-pontos-de-cultura-aprovados/>. Acesso em 09/09/18.

6 Reportagem da TV Cabo Branco disponível no canal do Youtube no grupo: <https://www.youtube.com/watch?v=rZSZHJwGC2o>

para a organização social no campo da cultura da cidade, a exemplo do Musiclube e do Fala Bairros.

Na década de 1980 surgem outras tentativas de organização na cidade e no estado, a exemplo da Federação Paraibana de Teatro Amador. Em 1993 houve ações culturais para demanda política durante a ocupação do Teatro Cilaio Ribeiro, localizado no Colégio Thomas Mindello, no centro de João Pessoa, para reivindicar melhorias nas estruturas físicas do prédio. Desta articulação se originou o Movimento Arte e Luta, constituído por algumas organizações, a exemplo do Samops, Associação Paraibana dos Amigos na Natureza (APAN), Musiclube, entre outras (MORAIS, 2012).

Em 1996 se iniciam as articulações para o Sindicato dos Artistas e Técnicos de Espetáculos de Diversão do Estado da Paraíba (SATED-PB)⁷. Outra organização que pode ser mencionada é a Federação das Entidades de Quadrilhas Juninas da Paraíba, fundada em 2003⁸.

Também destacamos a atuação de Pontos de Cultura da Paraíba na Rede Nacional Pontos de Cultura. Em seguida, destacamos a participação da Rede Estadual de Pontos de Cultura da Paraíba na Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, criada em 2007, na TEIA Belo Horizonte.

Também citamos o projeto Varadouro Cultural, rede de casarões e projetos culturais do Centro Histórico e do Varadouro. O projeto foi proposto pelo Coletivo Mundo, que desde 2009 ocupa um casarão histórico no Centro Histórico de João Pessoa, que foi um ponto de circulação conectado à Rede Fora do Eixo⁹.

Em 2010 foi fundada a Cooperativa Filmes a Granel, cujo “objetivo não é chegar ao céu, mas se afastar do inferno, mais

7 Dados disponíveis na página <https://satedpb.webnode.com.br/>. Acesso em 17/09/2018

8 Dados da página do Facebook da organização https://www.facebook.com/pg/FEQUAJU-NEPB/about/?ref=page_internal

9 Dados disponíveis <http://www.paraibacriativa.com.br/artista/centro-cultural-espaco-mundo/>

conhecido por aqui como a falta de uma política de fomento à produção cinematográfica local”¹⁰. Já em 2012 foi fundada a Comissão Porto do Capim em Ação, como uma das estratégias de organização dos moradores da comunidade para impedir sua remoção em decorrência do PAC Rio Sanhauá e PAC-Cidades Históricas. Em 2013 foi criada a Associação das Mulheres do Porto do Capim, representação legal em defesa dos moradores da localidade. Importante destacar que a comunidade do Porto do Capim é Ponto de Cultura Comunitário e que teve o projeto Porto do Capim em Ação selecionado em 2015 pelo edital do Ministério da Cultura/Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural e Fundação Cultural de João Pessoa¹¹.

Também destacamos o Movimento Cultura é Prioridade, que discute políticas culturais para a cidade de João Pessoa, atuando desde 2013 e com participação bastante ativa no processo de retomadas das atividades do Conselho Municipal de Política Cultural (FEITOSA; CUNHA, 2016).

A última grande mobilização local do segmento cultural ocorreu durante o golpe de 2016 e com a extinção do Ministério da Cultura como uma das primeiras medidas, a estratégia dos movimentos culturais de João Pessoa retorna àquele lugar já conhecido, no entanto, não ocupa a mesma posição: aquele em contestação do Estado, que passa, novamente, a ser encarado com desconfiança. Os mais diversos segmentos da Cultura se reuniram e, numa ação nacional, o #OcupaMinC, ocuparam os órgãos representativos da cultura em 25 estados brasileiros e no Distrito Federal. Em João Pessoa, o IPHAN-PB foi ocupado durante 34 dias.

10 Disponível no blog do projeto <http://filmesagranel.blogspot.com/search?updated-max=2011-08-24T05:24:00-07:00&max-results=7&start=7&by-date=false>

11 Informação disponível <https://www.moendartecultura.com/ponto-de-cultural>

MINHA VIDA É UMA REDE

O Conselho Municipal de Cultura de João Pessoa foi instituído pela lei municipal nº 1.617/2005. Em 2010 este conselho foi reestruturado a partir da lei 11.900 que, entre outras, modifica a nomenclatura para Conselho Municipal de Políticas Culturais (CMPC) e passa a ter a função de elaboração, execução e fiscalização e também caráter deliberativo e consultivo. Segundo o regimento reelaborado em 2015 e reeditado pela 3ª vez desde sua estruturação, o CMPC é formado por 32 membros titulares, sendo 16 do poder público e 16 da sociedade civil, das áreas de teatro; circo; dança; artes visuais; audiovisual; músicas; livro, literatura e biblioteca; patrimônio histórico e cultural; ciclo permanente de eventos de época; produtores culturais; comunidades tradicionais; comissão de cultura do orçamento democrático; artesanato; cultura popular; fotografia; capoeira.

Todavia os conselheiros eleitos para o mandato 2012-2013 arcaram tanto com um parco número de reuniões em 2013 (quatro durante todo o ano) quanto com a suspensão das atividades do próprio Conselho, que deveria em sua última reunião de 2013 aprovar o relatório final sobre irregularidades apontadas no Fundo Municipal de Cultura e convocar reunião extraordinária a fim de formar a comissão eleitoral responsável pelo pleito para nova gestão. Durante esse intervalo de dezoito meses nas ações oficiais do Conselho, ocorreram várias atividades organizadas pelos movimentos culturais pessoenses a fim de cobrar do poder público a chamada para a eleição dos novos representantes da sociedade civil, competência esta prevista para ser cumprida pelo presidente em exercício do conselho (FEITOSA; CUNHA, 2016).

Em 2015, a partir da posse do primeiro presidente do Conselho, representante direto da sociedade civil, houve recomendação de mudança

do assento da comissão de cultura do orçamento democrático para a de Pontos de Cultura conforme a Resolução 03, de 15 de julho de 2015. A justificativa se encontra na Indicação nº01/2015, de 15 de julho de 2015, enviada à Câmara Municipal de João Pessoa:

“A Lei Municipal nº 11.900/2010, que define a distribuição de setores da sociedade civil no Conselho Municipal de Política Cultural, destinou à chamada ‘Comissão de Cultura do Orçamento Democrático’ uma das vagas. No entanto, esta vaga nunca foi ocupada ou sequer reivindicada, levando à compreensão de que esta comissão nunca se constituiu de fato. Esta situação de vacância permanente traz um grave problema, pois desequilibra a paridade, que é vital a este órgão. Ao mesmo tempo, reconhecemos em outros setores da sociedade civil a legitimidade para compor este Conselho. Dentre estes, indicamos neste ato a rede de Pontos de Cultura, previstos na Política Nacional de Cultura Viva, Lei Federal nº 13.018/2014, e que compreendem papel fundamental na democratização e capilarização das políticas culturais. Identificamos também que a relação de vagas da Prefeitura lista apenas doze representações, quando deveriam ser treze, conforme texto do inciso I do art. 6º da referida lei. Para corrigir e garantir a paridade de vagas, indicamos neste ato a inclusão de vaga para a Secretaria de Gestão e Articulação Política. Por fim, sendo esta uma iniciativa do próprio Diretor Executivo da Funjope, indicamos também a inclusão de vaga para a Secretaria de Finanças, compreendendo da importância de um membro deste órgão nas discussões sobre implementação das políticas culturais. Assim, aprovamos a presente Indicação e recomendamos acolhimento e providências.” (CMPC-JP, Indicação nº01/2015)

Apesar da retificação na configuração do CMPC ter sido aprovada por este sem ressalvas, compete ao chefe do executivo municipal fazer a tramitação dessa Indicação Normativa à Câmara Municipal, a fim de que esta alteração seja votada e altere a lei vigente atualmente. Ou seja, mais uma vez ações e proposituras da sociedade civil se encontram a mercê do

interesse do poder público local, que extrapola sua função gestora tal qual ocorrera em 2015 com a suspensão das atividades oficiais do Conselho.

SUSTENTA A PISADA

Como elencadas anteriormente, entre as tantas formas de organização cultural da sociedade pessoense para a demanda política, a exemplo de movimentos independentes, coletivos, cooperativas, sindicatos, federações, o Programa Cultura Viva propunha a articulação de Pontos de Cultura a partir de redes de Pontos de Cultura. João Pessoa foi parte desse processo.

Esta se configura como uma das primeiras experiências de estímulo do Estado para uma presença ativa da sociedade civil na cogestão das políticas públicas, principalmente no âmbito da Cultura. As tradições de autoritarismo, ausência e instabilidade constituíram movimentos culturais descontínuos na cidade: em momentos específicos de pautas políticas urgentes ou do próprio quefazer cultural, há um fôlego para articulação. Em seguida, há um cansaço; depois, esses agentes se rearranjam, estabelecendo novas conexões na dinâmica dos projetos. Entendemos que um dos fatores é dificuldade histórica de a Cultura ser compreendida como trabalho e como modo de sustentabilidade principal, ou mesmo da própria dinâmica criativa, que tem interferência direta do poder público, que, durante um longo período, teve como política cultural principal aquela da isenção fiscal.

Neste sentido, o Ministério da Cultura, enquanto órgão federal, pautou um tipo de interlocução ou presença social a que, possivelmente, as organizações culturais não estavam habituadas. No entanto, estas se capacitaram e adquiriram outras competências para ter acesso aos recursos oriundos dos programas governamentais. Outra estratégia

foi a de participar dos espaços propostos pelo Estado: conferências municipais, estaduais e nacional de cultura, Teias estaduais e nacionais, grupos de trabalho, fóruns, etc. Neste sentido, a participação no CMPC-JP seria mais uma estratégia da sociedade civil de ocupar um espaço de possível interlocução, disponibilizado pelo Estado para acompanhar a municipalização da Política Nacional de Cultura Viva, em um momento de menos centralidade dessa política na agenda das ações governamentais nacionais.

Esta é uma mirada inicial no sentido de enfatizar que as organizações culturais para a demanda política de João Pessoa não constituem algo novo e não sustentam o discurso de que não há interesse pelo campo político: há distintas características, distintos contextos e distintas práticas que são, na maioria das vezes, assimétricas em relação às demandas estatais. Os Pontos de Cultura e suas estratégias para a ocupação de assentos em representações com interlocução estatal estão ancoradas em experiências e práticas anteriores que refletem características constituídas a partir da identidade própria destas organizações e do reconhecimento ou não do Estado. Políticas culturais democráticas têm a participação social como um dos princípios básicos. Temos as bases de participação construídas, mas ainda estão faltando ações de políticas culturais democráticas.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, L. **Instituições participativas e desenho institucional:** algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. Opinião Pública, 2008.

_____(org.). **Democracia, Desigualdades e Políticas Públicas no Brasil.** Vol. 2. FINEP: Belo Horizonte, 2009.

_____. **Instituições participativas e desenho institucional:** algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. Opinião Pública, 2008.

BONAVIDE, P. **Teoria Constitucional da Democracia Participativa.** Malheiros: São Paulo, 2001.

BOTELHO, I. **Dimensões da Cultura e Políticas Públicas.** São Paulo Perspec. [online]. 2001, vol.15, n.2 [cited]. Disponível em <<https://bit.ly/2IonZF3>>. Acesso em 11 set. 2018.

CALABRE, L. Conselhos de cultura no Brasil: algumas questões. In: RUBIM, A. A. C.; FERNANDES, T.; RUBIM, I. **Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura.** Salvador: EDUFBA, 2011.

COSTA, R.L. **Gestión de las Prácticas:** Opciones Discursivas. Rosario: Homo Sapiens Ediciones, 2009.

DAGNINO, E. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. In: DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais:** espaços de educação não formal da sociedade civil. Nuevamerica, Palmas/ Paraná, 2004.

_____. **Conselhos gestores e participação sociopolítica.** São Paulo: Cortez Editora, 2003.

JOÃO PESSOA. **Lei no 1.617,** de 14 de setembro de 2005. Cria o Conselho Municipal de Cultura e dá outras providências. Semanário Oficial no 977/2005. João Pessoa, 2005.

_____. **Lei no 11.900**, de 11 de fevereiro de 2010. Altera a Lei no 1.617, de 14 de setembro de 2005 e dá outras providências. Semanário Oficial no 1.205/2010. João Pessoa, 2010.

_____. Secretaria de Educação e Cultura do Município de João Pessoa. **Regimento Interno do Conselho Municipal de Política Cultural**. Semanário Oficial no 1.488/2015. João Pessoa, 2015.

FEITOSA, S.; CUNHA, J. D. Participação e Governança para além das Instituições: Análise da Reativação do Conselho Municipal de Políticas Culturais de João Pessoa. In: **Congresso de Gestão Pública do Rio Grande do Norte**, 10., 2016, Natal. Anais... Natal: Escola de Governo Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales, 2016.

MATIAS-PEREIRA, J. **Curso de Administração Pública: Foco nas instituições e ações governamentais**. Atlas: São Paulo, 2009.

MORAIS, I. P. R. **Navegando pela Participação Popular, Audiovisual e Educação: O Percurso da ONG Para'íwa e uma Análise do Pontão da Caatinga** [monografia de graduação UFPB], 2012.

PIRES, R.; VAZ, A. **Participação social como método de governo? Um mapeamento das “interfaces socioestatais” nos programas federais**. IPEA: Rio de Janeiro, 2012.

RUBIM, A. A. C. Políticas Culturais no Brasil: Tristes tradições, Enormes Desafios In: RUBIM, A.A.C [org.], **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

_____. As Políticas Culturais e o Governo Lula. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

SEVERO, G. G. F. **Jaguaribe Carne: Experimentalismo na Música Paraibana**. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora LTDA, 2017.

SILVA, B. M. D. da. Os Intelectuais de Esquerda e as Políticas Culturais da Fundação de Cultura de João Pessoa no Período de 2005 a 2008. In: BARBALHO, A. [et al], (org.) **Cultura e Desenvolvimento: Perspectivas Políticas e Econômicas**. Salvador: EDUFBA, 2011.

TATAGIBA, L. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. Os Conselhos e a Construção da Democracia no Brasil: um rápido balanço de duas décadas de participação conselhistas. In: RUBIM, A. A. C.; FERNANDES, T.; RUBIM, I. **Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura**. Salvador: EDUFBA, 2010.

NOTA DOS AUTORES

Todos os títulos das partes que compõem esse trabalho são referências a músicas de Cátia de França, cantora, ativista, compositora e musicista paraibana, a quem este trabalho é dedicado. Também agradecemos a Buda Lira e a Nara Limeira pelas informações concedidas sobre alguns dos antecedentes dos movimentos culturais de João Pessoa.